

»Entrevista | JEAN WYLLYS | ESCRITOR E EX-DEPUTADO FEDERAL

Pré-candidato à Câmara dos Deputados pelo PT de São Paulo confia na promessa de apoio da legenda para voltar ao Congresso Nacional. “Não serei abandonado como fui em 2018”, diz, referindo-se ao período em que denunciou ameaças

“Meu passado me obriga a agir”

» VANILSON OLIVEIRA

Após 4 anos e meio no exílio, o jornalista, escritor e ex-deputado federal, Jean Wyllys volta para o Brasil, anunciando sua pré candidatura a deputado federal pelo Partido dos Trabalhadores (PT). Wyllys deixou o país após relatar a existência de ameaças contra sua integridade e a de familiares, formalizadas em denúncias à Polícia Federal e levadas a organismos internacionais de direitos humanos, que recomendaram medidas de proteção.

Durante os anos no exterior, ele passou a atuar predominantemente na área acadêmica, com pesquisas voltadas à relação entre desinformação, plataformas digitais e democracia. Publicou livros, artigos e participou de exposições. O retorno ao Brasil ocorreu em junho de 2023.

Nesta entrevista ao Correio, Jean Wyllys aborda as circunstâncias que levaram ao exílio; o papel do Estado brasileiro diante das ameaças relatadas; a atuação de organismos internacionais; e o funcionamento do Congresso Nacional nos últimos anos. Ele comenta ainda temas como transparência no uso de emendas parlamentares, o 8 de janeiro, a relação entre desinformação e extremismo político e os desafios da regulação das plataformas digitais.

O ex-parlamentar também fala da migração para o PT, a relação atual com a legenda e a articulação do movimento “Um Outro Congresso Possível”, formado por membros da sociedade civil. Leia, a seguir, os principais trechos da entrevista.

O senhor frequentemente destaca que sua saída do Brasil não foi uma escolha voluntária. Como avalia hoje a resposta do Estado às ameaças que o levaram ao exílio?

As ameaças existiram. Fiz 17 denúncias à Polícia Federal, que podem ser comprovadas. Eram ameaças que eu sofria, que se renovaram desde 2011 e que, em 2018, tornaram-se insuportáveis. Fiz as 17 denúncias, mas a Polícia Federal pouco agiu nesse período. Creio que muito em função de uma homofobia estrutural e social, que não dá importância quando um representante dessa comunidade está sofrendo violência. Essa violência é naturalizada atualmente contra as mulheres na política, de forma semelhante à naturalização do próprio feminicídio.

Qual foi o papel dos organismos internacionais na validação dessas ameaças?

Eu apresentei as provas dessas ameaças à Comissão Interamericana de Direitos Humanos. Os comisionados vieram ao Brasil avaliar as provas e trouxeram um pedido de medida cautelar ao governo Temer, que negou a medida cautelar de proteção e, diante dessa negativa, a Comissão Interamericana me recomendou o exílio. Saí com uma mão na frente e outra atrás.

Carlos Vieira



O senhor deixou o PSol e se filiou ao PT em 2021. Qual foi o principal motivador dessa mudança partidária?

Em 2021, quando Lula saiu da prisão injusta à qual foi submetido em 2018 — aquele ano terrível de assassinato de imagem —, decidi agir. Liguei para o presidente do Psol, Juliano Medeiros, e comuniquei que estava saindo do partido para ajudar na reabilitação da imagem pública de Lula. Teríamos eleições em 2022, e Lula era a única pessoa capaz de enfrentar aquele fascismo. Mesmo no exílio, trabalhei pela reabilitação de Lula, pensando em 2022.

Como foi o retorno ao Brasil? Qual era o plano inicial de atuação profissional?

Voltei ao Brasil em 18 de junho de 2023. Curiosamente, foi o dia em que Bolsonaro foi considerado inelegível pelo Tribunal Superior Eleitoral. Cheguei a Brasília e, em um primeiro momento, houve um convite de Lula e uma tentativa de que eu trabalhasse com comunicação do Planalto, mas não deu certo naquele momento. Fui tocar minha vida de intelectual público. Eu vivo da minha escrita. Escrevo livros, dou aulas e sou artista visual. No entanto, de 2023 para cá, todos vimos a deterioração moral e ética do Congresso Nacional.

Quais sinais dessa “deterioração moral” do Congresso o motivaram a considerar um retorno à política institucional?

Uma parte considerável do

Fizemos uma reunião com a presidência do PT em São Paulo, Edinho Silva. O partido garantiu que, desta vez, será diferente. Não serei abandonado como fui em 2018, quando estava no PSol e me vi sozinho naquela bolha horrível”

Congresso passou a impedir o trabalho parlamentar. Testemunhamos a deterioração moral por meio dos escândalos das “emendas Pix”, que são emendas sem transparência ou prestação de contas. Ao mesmo tempo, essas mesmas pessoas tentavam anistiar os golpistas de 2022 e 2023, que destruíram as sedes dos Três Poderes, planejaram um golpe de Estado e até o assassinato de autoridades da República.

Como surgiu o movimento “Um Outro Congresso Possível”? Aual o papel dele na construção da sua pré-candidatura?

O movimento é formado por artistas, intelectuais, empresários e pessoas da sociedade organizada, majoritariamente de esquerda ou centro-esquerda. Esse movimento chegou até mim e disse que eu precisava voltar, que não poderia ser apenas um intelectual, pois tenho um capital político e um passado que me obriga a agir. Disseram que meus mandatos como deputado foram incríveis e que eu deveria fazer algo. Amadureci esse convite nos últimos meses e disse ao movimento que só voltaria se fosse uma candidatura coletiva. Embora a legenda seja o PT, o movimento

fora do partido é maior que a própria sigla.

O senhor diz que se sentiu “abandonado” em 2018. Houve uma nova pactuação com a direção do PT para este novo ciclo?

Fizemos uma reunião com a presidência do PT em São Paulo, Edinho Silva. Expus tudo, e o partido garantiu que desta vez será diferente. Não serei abandonado como fui em 2018, quando estava no PSOL e me vi sozinho naquela bolha horrível, sem que as pessoas entendessem o que estava acontecendo. Agora, a promessa é de apoio. A ideia é promover uma renovação ética, moral e política do Congresso Nacional. Não podemos ter uma maioria de congressistas interessados apenas em seus próprios negócios, famílias e máfias.

Por que a escolha de São Paulo como base eleitoral para 2026?

Escolhi São Paulo para recomeçar minha vida, moro aqui há dois anos. Para reconstruir minha cabeça após o exílio, tive que escolher um lugar, e foi São Paulo. Quanto às relações com o PSOL e o PT, elas estão bem resolvidas.

sem nenhuma contrapartida. É preciso regular isso para proteger também o futuro das crianças.

O senhor compara o vício em mídias sociais ao tabagismo. Qual é a sua proposta para lidar com esse impacto na saúde pública?

O vício nas mídias sociais é o novo tabagismo. Assim como a indústria do tabaco foi enfrentada porque gerava danos terríveis à saúde pública, hoje a saúde pública tem enfrentado os problemas ligados às mídias sociais. Uma das propostas que eu tinha era a ideia de a gente construir uma mídia social brasileira, pública, horizontal, com regulamentação que proteja as nossas crianças, que proteja a nossa saúde e a nós mesmos.

Como avalia a atual disputa de forças entre o governo Lula e a oposição bolsonarista?

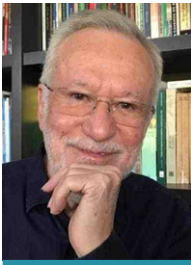
Se as eleições ocorressem dentro das regras, Lula ganharia no primeiro turno. Lula reergueu o país da ruína deixada pelo governo Bolsonaro, que foi criminoso na covid-19 e predatório na economia com Paulo Guedes. No entanto, a imprensa brasileira, muitas vezes, cai em desonestidade intelectual por ser antipetista, tentando construir uma terceira via que não existe e acaba fortalecendo a extrema direita. Não é assim que a banda toca.

Qual sua análise sobre o atual presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta?

Minha avaliação é a pior possível. Hugo Motta é um filho de uma oligarquia, nunca soube o que é trabalho; é um “filhote” de Arthur Lira. Lira utiliza seus tentáculos para tentar interromper mandatos democraticamente eleitos. Temos uma parcela de parlamentares, sobretudo no PL, que se comporta como uma organização criminosa. O PL sequestrou o plenário da Câmara. O presidente Lula é um herói por conseguir governar e assegurar políticas sociais com um Congresso chantagista.

O senhor se arrepende do episódio de ter cuspidido no rosto do ex-presidente Jair Bolsonaro durante a votação do impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff, em 2016?

Não me arrependo de nada, nada. E naquela circunstância, eu cuspiria de novo. Claro que aquele gesto nasceu da profunda indignação com tudo que estava acontecendo naquela noite medonha, horrorosa, que abriu a caixa de Pandora para os males caírem todos naquela noite. Então, aquelas circunstâncias, naquele contexto em que ele elogiou um torturador, dedicou o voto a um torturador durante um golpe contra uma mulher honesta, decente, que hoje é presidenta do banco dos Brics, a história está aí para provar quem estava certo e quem não estava. Ou seja, naquela circunstância, eu faria de novo e não me arrependo.



ALEXANDRE GARCIA

A NOTA CONJUNTA DOS DEZ MINISTROS PODERIA TER O TÍTULO DE “BARATA TONTA”. DECLARAM QUE TOFFOLI ESTÁ ACIMA DE QUALQUER SUSPEITA OU IMPEDIMENTO. MAS ELE PEDE PARA SAIR. NENHUM RELATOR SAI SEM MOTIVO PREVISTO NO REGIMENTO. OU SAI POR SUSPEIÇÃO OU SAI POR IMPEDIMENTO

Supremos versus STF

A cada vez que seus ministros ferem a Constituição e o devido processo legal, o Supremo Tribunal Federal também tem sido ferido. E quando, a cada ferimento, não havia reação do órgão fiscalizador, o Senado, nem da mídia, porta-voz da origem do poder, o povo, os ministros do Supremo iam se sentindo não apenas supremos, mas absolutos, não permitindo, por meio do panrelator Moraes, vozes rebeldes no mundo digital. Repressão foi imposta para mostrar poderes

absolutos, convencendo-se, ainda mais, de que são deuses.

Usaram como instrumento de autoproteção o “inquérito do fim do mundo”, criado por Toffoli, que entregou a espada ungida a Moraes. Cidadanias foram decepadas na guilhotina do inquérito e integrantes do Supremo ressuscitaram o absolutismo. Abolido na Inglaterra em 1215, poderia vigorar num país ignorante e interesseiro como o Brasil. E foram além.

Além de mudar a Constituição

e as leis, de impor o arbítrio, celebraram, com aplausos em gabinete, a cada vez que alguém era condenado por ousar se rebelar. Frase em batom em estátua de granito se tornou crime com 14 anos de pena. Essa foi a referência para impor a reverência. Mas se enganaram com a mídia, pensando que ela os apoiava na “cruzada”, quando ela só apoiava a prisão de Bolsonaro. E Moraes deve saber que tudo o que se diz sobre o Tayayá está se dizendo sobre o contrato de R\$ 130 milhões. São como sinônimos. Bastou uma estocada do esgrimista Trump para desequilibrar o castelo de cartas. Percebendo o iceberg,

Barroso abandonou o Titanic.

A nota conjunta dos dez ministros poderia ter o título de “Barata Tonta”. Declaram que Toffoli está acima de qualquer suspeita ou impedimento. Mas ele pede para sair. Nenhum relator sai sem motivo previsto no regimento. Ou sai por suspeição ou sai por impedimento. A nota é um paradoxo. (Também contém um pleonasmo: “Nota oficial dos dez ministros” — ora, se é de governo, é oficial.) Pois bem, os dez assinam que Toffoli está acima de qualquer suspeita.

Ora, o novo relator, André Mendonça, também assinou que Toffoli está acima de qualquer suspeita.

Logo, passou um nada consta válido até 12.2.26. Anistiou? Além disso repetiu palavras de Fux, gravadas na reunião secreta e divulgadas pelo Poder 360: “a palavra do ministro Toffoli tem fé pública”. Quem gravou? Só estavam lá, a portas fechadas, os dez ministros. Gravou e entregou — ou fez chegar — ao site de notícias. Quem traiu o espírito-de-corpo sob o qual os dez se uniram e se protegem? Eis aí outra bomba implosiva na autodestruição do colegiado.

Rodrigo Pacheco e David Alcolumbre poderiam ter evitado esse vexame, mas foram inertes. O Aurélio diz que quando não se cumpre o dever, o verbo é prevaricar. Os

requerimentos estão lá no Senado e são dezenas. E já que o ministro André Mendonça está refém do impasse criado ao endossar a nota dos dez, avoluma-se a responsabilidade do Senado. A alternativa é investigar, numa comissão de inquérito, aproveitando achados da polícia Federal.

Depois, se for o caso, julgar, como é da competência do Senado. Aliás, o Senado é responsável ab ovo, desde a sabatina que escrutina a principal exigência: “notável saber jurídico”. Quem rodou em dois concursos para juiz, já demonstrava ausência de notável saber jurídico. Mas a sabatina aprovou Toffoli por 20 a 3. O que começa mal, termina pior.